Demonstrações Contábeis

Associação Legisla Brasil

31 de dezembro de 2024 e 2023

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1° andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS
/audisa.consultores
@grupoaudisa
/company/grupoaudisa
PORTALAUDISA.COM.BR

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

13/abril/2026

Aos conselheiros e administradores da

Associação Legisla Brasil

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.ª. o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Associação Legisla Brasil.

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Rafael Valle
Sócios

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

Associação Legisla Brasil

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 4-6

Anexos:

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

Associação Legisla Brasil

CNPJ: 30.257.673/0001-92

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Legisla Brasil. que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultando abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 13 de abril de 2026

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Rafael F. de Freitas Valle
Contador
CRC: 1 SP 270891/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Clicksign da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

PARECER - 31.12.24-ASSOC.LEGISLA BRASIL.pdf

Documento número #da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb

Hash do documento original (SHA256): a1e343bdfc6281c409deb33231fba366a7ce5907aa6eb52b683219399741f7f0

Assinaturas

Rafael Figueiredo de Freitas Valle
CPF: 310.752.168-00
Assinou em 13 abr 2026 às 21:31:27

Alexandre Chiaratti do Nascimento
CPF: 147.823.488-19
Assinou em 14 abr 2026 às 08:14:50

Log

13 abr 2026, 21:28:04	Operador com email rafael.valle@grupoaudisa.com.br na Conta c3f32218-6c82-4ce2-869f-19e492349863 criou este documento número da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb. Data limite para assinatura do documento: 13 de maio de 2026 (21:27). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
13 abr 2026, 21:31:09	Operador com email rafael.valle@grupoaudisa.com.br na Conta c3f32218-6c82-4ce2-869f-19e492349863 adicionou à Lista de Assinatura: rafael.valle@grupoaudisa.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rafael Figueiredo de Freitas Valle e CPF 310.752.168-00.
13 abr 2026, 21:31:10	Operador com email rafael.valle@grupoaudisa.com.br na Conta c3f32218-6c82-4ce2-869f-19e492349863 adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.chiaratti@grupoaudisa.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre Chiaratti do Nascimento.
13 abr 2026, 21:31:27	Rafael Figueiredo de Freitas Valle assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail rafael.valle@grupoaudisa.com.br. CPF informado: 310.752.168-00. IP: 177.146.128.163. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.58458099797455 e longitude -46.58794731328295. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1421.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

14 abr 2026, 08:14:50	Alexandre Chiaratti do Nascimento assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail alexandre.chiaratti@grupoaudisa.com.br. CPF informado: 147.823.488-19. IP: 186.204.62.52. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.60700181802239 e longitude -46.65849039393933. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1421.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
14 abr 2026, 08:14:51	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº da8f8abe-8213-4cb4-894d-ccbc85675deb, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Associação Legisla Brasil

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.679.078	654.003
Contas a receber	6	132.817	131.761
Adiantamento a Fornecedores		487.369	-
Impostos a compensar	7	7.273	7.273
		2.306.536	**793.037**
Não Circulante			
Imobilizado	8	10.936	13.980
		10.936	**13.980**
Total do ativo		**2.317.472**	**807.017**

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	9	19.222	43.833
Obrigações tributárias	10	8.432	3.712
Fornecedores	11	41.448	41.448
Adiantamento de cliente		7.050	**-**
Projetos a Realizar	12	3.131.400	**-**
		3.207.552	**88.993**
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		718.024	315.014
Déficit / Superávit do exercício		(1.608.104)	403.010
		(890.080)	**718.024**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.317.472**	**807.017**

Associação Legisla Brasil

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais	14		
Doações Pessoa Juridica		958.740	1.835.024
Doações Pessoa Física		13.686	151.800
Prestação de Serviços		80.056	543.365
Outras receitas		3.032	-
		1.055.514	**2.530.189**
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(280.392)	(374.323)
Serviços de Terceiros		(1.761.348)	(1.188.470)
Viagens		(156.569)	(300.864)
Ocupação		(14.281)	(10.278)
Despesas com veiculos		-	(4.398)
Administrativas e gerais		(429.297)	(191.362)
Despesas tributárias		(59.324)	(59.464)
Depreciação		(3.044)	(3.044)
		(2.704.255)	**(2.132.203)**
Resultado operacional		**(1.648.741)**	**397.986**
Resultado financeiro	15		
Receita financeira		71.312	31.610
Despesa financeira		(30.675)	(26.587)
		40.637	**5.023**
Superávit (Déficit) do exercício		**(1.608.104)**	**403.010**

Associação Legisla Brasil

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

	2024	2023
Superávit (Deficit) do exercício	(1.608.104)	403.010
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.608.104)**	**403.010**

Associação Legisla Brasil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**435.550**	**(120.537)**	**315.014**
Transferência do superavit do exercício anterior	(120.537)	120.537	**-**
Superávit /Déficit do exercício	-	403.010	**403.010**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**315.013**	**403.010**	**718.024**
Transferência do superavit do exercício anterior	**403.010**	**(403.010)**	**-**
Superávit /Déficit do exercício	**-**	**(1.608.104)**	**(1.608.104)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**718.023**	**(1.608.104)**	**(890.080)**

Associação Legisla Brasil

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.608.104)	403.010
Depreciações	3.044	3.044
	(1.605.060)	**406.054**
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(1.056)	(92.318)
Adiantamento a fornecedores	(487.369)	-
	(488.425)	(92.318)
Aumento (diminuição) de passivos		
Obrigações trabalhistas	(24.611)	39.378
Obrigações tributárias	4.720	2.372
Projetos a realizar	3.131.400	-
Adiantamento de cliente	7.050	34.980
	3.118.560	**76.730**
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.025.075**	**390.466**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.025.075**	**390.466**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	654.003	263.537
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.679.078	654.003
Variação em caixa e equivalentes de caixa	**1.025.075**	**390.466**

DemonstraçõesFinanceiras

Associação Legisla Brasil

31 de dezembro de 2024 e 2023
com o Relatório do auditor independente

Associação Legisla Brasil

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e

2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração do fluxo de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Associação Legisla Brasil

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais - R$)

1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO LEGISLA BRASIL é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 19 de abril de 2018, sob a forma de associação com o objetivo social recrutar, selecionar, treinar e alocar estagiários e profissionais no Poder Legislativo das esferas municipal, estadual, e federal, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Rua Haddock Lobo, nº 999, apto 41, CEP 01414-001, Cerqueira César, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 30.257.673/0001-92, sem fins lucrativos, de natureza cultural, e se rege pelo Estatuto Social e legislação aplicável. Tem como objetivos principais, conforme art 2º:

- Realizar ações de recrutamento, seleção e alocação de profissionais para atuação no Poder Legislativo das esferas, municipal, estadual e federal;
- Organizar e realizar, diretamente ou por meio de parceiros, programas de formação e treinamento, por meio de aulas, cursos, workshops, palestras, seminários e quaisquer outras ações educacionais visando à capacitação de pessoas para atuação no Poder Legislativo.
- Realizar ações visando a formação de lideranças, como atividades de “coaching”, mentoria, treinamentos em “soft skills” e quaisquer outras que se mostrarem necessárias à consecução dos objetivos sociais da Associação.

2. Apresentação das demonstrações

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2024, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e orientações contidas na intepretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução n.º1.409/12.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade de continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Entidade.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos, e os efeitos decorrentesdas revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existem estimativas contábeis com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

4. Principais políticas contábeis

4.1. Apuração de superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas das contribuições dos associados contribuintes são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

As despesascom doações são registradas quando os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa

4.2. Trabalhos voluntários - receita e despesa

Conforme estabelecido na intepretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidadevalora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive o trabalho não remunerado dos membrosintegrantes de órgãos e conselhos a Administração, mensurando-as ao seu valor justo considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Esses serviços foram mensurados com base em uma estimativa do seu valor justo.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício, assim como as despesas operacionais, mensurado pelo mesmo valor. Como não há remuneração paga por esse trabalhovoluntário, não há ativo ou passivo reconhecido por essas receitas.

4.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos como incorridos. Ativos financeiros registradospelo valor justo desses ativos são reconheci fidas no resultado do exercício.

c) Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

d) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

4.4. Redução ao valor recuperável (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidencia objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seuvalor recuperável se uma evidência objetiva indica que um eventode perda ocorreu após o reconhecimento inicial de ativo, e que aquele evento de perda tem um efeito negativo nos fluxos decaixa projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração avaliou e conclui que não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisãoem 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança no valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao custo amortizado”.

4.6. Provisão para demandas judiciais

Provisões são reconhecidas quando a Entidadetem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo prováveluma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

A administração ratifica, por meio de seus assessores jurídicos que não há contingências a serem registradas às demonstrações financeirasem 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), não são devidos em decorrência da isenção tributária, por trata-se de uma entidade sem fins lucrativos (nota 13).

4.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9. Patrimonial Social

O patrimônio social é constituído por superávits ou déficits acumulados dos exercícios, sendo que os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

5. Caixas e equivalentes de Caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	5.046	7.088
Bancos conta aplicação	1.674.032	646.915
	1.679.078	**654.003**

6. Contas a receber

	2024	2023
Duplicatas a receber	132.817	131.761
	132.817	**131.761**

7. Tributos a recuperar

	2024	2023
Impostos a compensar	7.273	7.273
	7.273	**7.273**

8. Imobilizado

	Taxa de Depreciação Anual	2024	2023
Equipamentos Proc. de Dados	20%	9.972	9.972
Equipamentos e Instalações	10%	10.493	10.493
		20.465	**20.465**
Total Custo		**20.465**	**20.465**
Depreciação acumulada		(9.529)	(6.485)
Imobilizado líquido		**10.936**	**13.980**

9. Obrigações Trabalhistas

	2024	2023
INSS a Recolher	6.592	3.537
ISSQN a Recolher	-	10.659
IRRF 0561 a Recolher	12.629	11.902
	19.222	**26.098**

10. Obrigações Tributárias

	2024	2023
COFINS Rec. Bruta a Recolher	-	62
IRRF 1708 a Recolher	1.575	720
PIS/COF/CSLL 5952 a Recolher	5.581	2.930
ISS Ret Fonte Fornecedores a recolher	1.276	-
	8.432	**3.712**

11. Contas a Pagar

	2024	2023
Fornecedores a Pagar	36.622	36.622
Cartão de Crédito a Pagar	4.826	4.826
	41.448	**41.448**

12. Projetos a Realizar

	2024	2023
Recursos de Convênios **(a)**	3.131.400	-
	3.131.400	**-**

(a) o valor é composto de contratos de subvenções assinados no exercício de 2024 com : Imaginable Futures Services LLC (R$ 836.400,00), Fundação Velez Reyes (R$ 990.000,00)
e Open Society Foundations (R$ 1.305.000,00).

13. Patrimônio líquido

	2024	2023
Patrimônio social	718.024	315.014
Superávit (Déficit) do exercício	(1.608.104)	403.010
	(890.080)	**718.024**

14. Receitas operacionais

	2024	2023
Doações Pessoa Juridica	958.740	1.835.024
Doações Pessoa Física	13.686	151.800
Prestação de Serviços	80.056	543.365
Outras receitas	3.032	-
	1.055.514	**2.530.189**

15. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	71.312	31.610
	71.312	**31.610**
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(30.675)	(26.587)
	(30.675)	**(26.587)**
Financeiro Líquido	**40.637**	**5.023**

16. Aspectos tributários e renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e
Programa de Integração Social (PIS).

A entidade atende aos requisitos da legislação sendo isenta do Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento das condições prevista na Lei nº9.532, de 1997 e Lei nº9.718, de 1998 e de acordo com o artigo 184 do Regulamento deImposto de renda da Pessoa Jurídica e aprovado pelo Decreto nº9.580/18 e em conformidade das exigências constantes na Lei 9.532/97.

Em relação ao Programa de Integração Social (PIS), a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição calculada sobre a folha de salário à alíquota de 1% de acordo com a Lei 9.532/97 e Medida Provisória nº2.158-35, de 24 de agosto de 2021.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Entidade possui o benefício de isenção do pagamento incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, de acordo com a Lei 9.178/98 e MP nº2.158/0.

17. Instrumentos financeiros

a) Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presentelíquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

b) Identificação dos principais instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2024	2023
Banco conta movimento	2	5.046	7.088
Banco conta aplicação	2	1.674.032	646.915

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo da Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O pronunciamento Técnico PME descreve três níveis de informaçõesque devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1 – A melhor evidência do valor justo é preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

Nível 2 – Quando preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes

conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

Nível 3 – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

c) Gestão de risco

i. Risco de crédito – É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados por caixa e equivalentes de caixa.

ii. Risco de preço – Relacionado as taxas de juros e correções monetárias dos contratos de prestação de serviços com fornecedores.

iii. Risco de liquidez – É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade não adotou em 2024 e 2023 a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, no entanto, mantém como estratégia uma apólice para cobrir a responsabilidade de administradores D&O.

19. Eventos Subsequentes

A Administração da Entidade declara que, até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar de maneira relevante sua posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações ou a continuidade dos negócios.

Veronica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC: 1SP267754/O-2
CPF: 361.142.368-82